



Aprendendo a participar²

Resumo

No Brasil do século XXI, persistem os conflitos e as ocupações de terra. Dentre as organizações que lutam pela reforma agrária, destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Este artigo examina a experiência de participação do MST, enquanto processo de aprendizado e prática política. Após uma breve reflexão sobre o conceito de reforma agrária, analisou-se as principais estratégias de resistência do MST e seus esforços para contribuir com um projeto popular para o Brasil. Uma abordagem das classes sociais permite compreender os limites e possibilidades de suas ações e idéias.

Palavras-chave: sem terra, participação política, reforma agrária.

Abstract

Learning to Participate

In the 21st century Brazil land conflicts and land occupations are still a central issue. Among the organizations that struggle for land reform, the most notable is the Landless Worker's Movement. This article examines the experience of working with this organization as a learning process as well as a political practice. After a brief reflection on the concept of agrarian reform, the author analyzes the principal strategies of resistance of the organization and its efforts to contribute with a popular project for Brazil. A class approach allows one to understand the limits and possibilities of its actions and ideas.

Keywords: landless, political activism, agrarian reform.

¹ Mônica Dias Martins é professora da Universidade Estadual do Ceará e pesquisadora da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.

² Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no XXI Congresso da *Latin American Studies Association*, em 1998, e publicada na revista *Latin American Perspectives*, em setembro de 2000, e no livro *The concept of other in Latin American liberation* (GOGOL, 2001).

Na América Latina contemporânea, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST é uma das forças mais combativas. Durante a ditadura militar, no Sul do Brasil, ocorreram grandes mobilizações de agricultores e as primeiras ocupações de terra, em 1979. Apoiado por entidades religiosas, políticas e sindicais, o movimento espalhou-se por todo o país, enquanto a reforma agrária retornava à agenda política, no período da redemocratização³. O MST tornou-se, nos anos noventa, uma organização popular em que milhares de ativistas lutam por terra com “paixão revolucionária”.

Solidariedade, justiça social e autonomia são seus valores éticos fundamentais. Relações cooperativas e planejamento coletivo caracterizam os assentamentos rurais. Foram estabelecidos um jornal mensal para comunicar suas idéias, um sistema educacional e um processo de formação político-ideológica. Em alguns grupos vem emergindo uma nova consciência da necessidade da propriedade social dos meios de produção. Suas ações consolidaram aliança com sindicatos de trabalhadores e movimentos urbanos para unificar a luta por transformações sociais.

A experiência do MST enseja uma reflexão sobre a mudança social: o que é participação? A participação tem sido uma prática social, um procedimento pedagógico e um ato político. Para os sem-terra, este processo de aprendizagem inicia-se com as ocupações, prospera com o modo de vida e trabalho coletivo nos acampamentos e assentamentos, fortalece-se por intermédio de atividades educacionais concebidas e exercitadas nas escolas e brigadas e se expande na elaboração de um projeto alternativo para todos os brasileiros.

Este trabalho tem por propósito, após uma breve análise do controvertido conceito de reforma agrária, examinar a prática de participação do MST, enfocando estes quatro elementos que constituem um todo. São apresentadas as principais características de suas ações e perspectivas de resistência ao neoliberalismo, bem como seus esforços para construir uma nova sociedade.

Reforma agrária, um processo contraditório

A reforma agrária não é necessariamente radical. A administração Kennedy e a Aliança para o Progresso pressionaram os governos latino-americanos a empreender programas de reforma agrária. No Brasil, durante a presidência de João Goulart (1962-1964), houve grandes mobilizações pela reforma agrária, tida como um elemento chave para democratizar a estrutura social do país. No período da Ditadura (1964-1985), os militares a consideraram uma questão de segurança nacional, estratégica para o desenvolvimento capitalista. E, ainda, a reforma agrária foi utilizada como política estatal para restringir as lutas por terra. Mas ela também teve importante papel nas mudanças estruturais no México, Cuba, Chile, Nicarágua, Peru, entre outros países.⁴ Assim, a reforma agrária pode ser melhor definida como um processo contraditório de transformação das relações de produção e poder que depende, em sua formulação e realização, da correlação de forças políticas e do curso específico da luta de classes (MARTINS, 1994). O presente conceito reforça os vínculos entre as condições econômicas, políticas e ideológicas, opondo-se à visão fragmentada da reforma agrária: ora uma questão econômica, ora uma política social, ora um problema ideológico.

A reprodução de uma classe de “pequenos produtores” através do acesso à propriedade da terra está ocorrendo em uma conjuntura de proletarização no campo. Esta contradição ajuda a explicar porque a reforma agrária não pode ser rotulada como “conservadora” ou “revolucionária” *per se*. A resposta é complexa e permite analisar a reforma agrária como um movimento real, no qual as classes sociais são as forças vivas que impulsionam este processo. Seu carácter capitalista ou socialista deve ser considerado no contexto de uma nova proposta, emergindo das mãos e mentes de milhares de acampados e assentados; um proposta antagônica ao projeto das elites agrárias.

³ Particularmente importante na literatura é o debate sobre o significado e a viabilidade da reforma agrária brasileira neste período (CONTAG, 1982; CARVALHO, 1982; FIGUEREDO, 1984). Durante a chamada Nova República, várias entidades organizaram a Campanha Nacional pela Reforma Agrária para coordenar as propostas e mobilizações populares (CNRA, 1987).

⁴ Jacques Chonchol em *O desenvolvimento rural e a reforma agrária na América Latina* analisa as políticas adotadas pelos governos no Continente entre 1950 e 1980 (ABRA, 1990, p. 3-12).

A polarização em torno de como fazer a reforma agrária se manifesta particularmente na elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária (1985) e na votação da Constituinte (1988), configurando dois modelos que expressam o confronto capital-trabalho. Estes divergem quanto à propriedade dos meios de produção (individual ou coletivo) e ao processo de distribuição da riqueza (acumulação privada de capital ou acumulação social de capital e o desenvolvimento das forças produtivas).⁵

A proposta das organizações patronais defende os interesses individuais e a propriedade privada. Semelhante à clássica redistribuição agrária, realizada mediante o parcelamento da terra em pequenas unidades, o “modelo de apropriação privada” promove a modernização agrícola, ficando o processo produtivo dos assentados sob controle de agroindústrias. Na década de setenta, este modelo foi implementado limitadamente sob a Ditadura Militar através dos projetos de colonização. O chamado colono ou parceiro “recebia” títulos individuais de propriedade que lhe permitiam pleitear crédito e tecnologia. Como encontrava-se isolado e as decisões sobre “o quê” e “como” produzir ou para “quem” e “quando” vender seus produtos eram impostas por instituições e políticas governamentais, os maiores benefícios destinavam-se ao setor agroindustrial hegemônico.

A proposta dos trabalhadores baseia-se em relações cooperativas entre os produtores diretos. Cabe a estes o controle e a direção do processo produtivo, estabelecendo padrões alternativos de propriedade e uso da terra, organização do trabalho e da produção. O “modelo de apropriação social” pressupõe estruturas democráticas de gestão do assentamento. Portanto, não é simplesmente uma redistribuição de terra para incorporar mais produtores ao sistema capitalista, mas envolve alterações em toda a realidade agrária, ou seja, nas relações de produção, de poder e culturais.

Os grandes proprietários rurais tendem a opor-se a formas associativas de propriedade, produção e trabalho. Estes parecem conscien-

tes de que tais experiências podem expandir-se da esfera local para a nacional e consolidar novas práticas de organização social e participação política, enfraquecendo os direitos de propriedade privada. Para o jurista e apoiador da União Democrática Ruralista – UDR, Miguel Reale Júnior: “Desde o final da Segunda Guerra Mundial até nossos dias, constatamos o fato de que não existe o caos fundiário no Brasil, mas sim uma perfeita coerência entre a estrutura de posse e uso da terra com o sistema econômico-social e a ideologia neoliberal implantados neste país” (SBR, 1985, p. 09).⁶

Mesmo antes do MST tornar-se influente no âmbito nacional, os líderes da burguesia agrária pareciam cientes de que a proposta de reforma agrária dos trabalhadores estava comprometida com mudanças econômicas, sociais e políticas.⁷

A estratégia política do MST

A prática complexa do MST levanta uma questão central: como pode uma organização camponesa, segundo muitos intelectuais e políticos, uma categoria em “extinção”, desafiar o mercado “livre” e sua ideologia, o neoliberalismo? Uma abordagem das classes sociais permite compreender os limites e as possibilidades da proposta de reforma agrária do MST frente ao clássico modelo redistributivo, à legislação e à política do Estado brasileiro. O desenrolar da batalha entre as duas propostas antagônicas de reforma agrária, iniciado nos anos oitenta e ainda em curso, é a chave para entender como o MST tornou-se uma importante fonte de resistência ao projeto neoliberal. Em suma, o confronto pode ser expresso em termos da dualidade: privatização *versus* ocupação.

Ocupando a terra

O MST desenvolveu uma eficiente estratégia de pressão sobre o Estado: ocupações em massa e contínuas da terra. Pelo Estatuto da Terra de 1964, uma propriedade privada pode ser desapropriada quando não é cultivada, em

⁵ Uma abordagem teórica dos dois modelos de reforma agrária encontra-se em Mônica Martins (1997, p. 57-71).

⁶ A UDR, organização dos empresários rurais, foi criada em 1986, e tornou-se conhecida pela violência de suas ações, contratando pistoleiros e mantendo um exército privado para defender a propriedade (BRUNO, 1987).

⁷ No início da década de sessenta, os proprietários rurais assustaram-se com um forte movimento pela reforma agrária, especialmente no Nordeste. Esta foi uma das causas do golpe militar de 1964 e da brutal repressão às organizações populares. A época, a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG e as Ligas Camponesas estavam mais preocupadas com a redistribuição de terras do que com a organização do processo produtivo (SILVA, 1971).

caso de conflito entre proprietário e trabalhadores, ou de dano ambiental. Assim, a ação direta do MST apóia a disposição constitucional e vice-versa. Tal estratégia tem igualmente se mostrado efetiva para revelar a concentração fundiária no Brasil como causa da maioria dos atuais problemas: a degradação ambiental, o êxodo acentuado para os centros urbanos, o desemprego e o subemprego que, não raro, levam à marginalidade, à pobreza e à fome de grandes contingentes, à crescente desigualdade social e regional, à dominação política que desqualifica o trabalhador rural como cidadão, ao constante clima de violência e insegurança.

O processo de ocupação, chamado a *feita* pelo Movimento, tem um significado especial para os próprios sem-terra. A decisão de apoderar-se de uma propriedade privada e nela estabelecer-se não é fácil: requer maturidade, coesão, disciplina e esperança. Essa ação direta transforma “camponeses passivos” em atores sociais, lutando por reforma agrária e participação política. Eles agora se auto denominam “trabalhadores livres”. Buscam afirmar sua capacidade como produtores de bens materiais e culturais, negada quer pelo latifúndio “tradicional” quer pelo “moderno” complexo agroidustrial.

Ameaçadas, as elites dominantes reagem com violência e argumentam que as ocupações são ilegais. Segundo elas, a tomada das terras provoca uma quebra de autoridade na sociedade brasileira. Para manter a ordem pública, representantes do Estado respondem ao que é considerado uma sabotagem às instituições democráticas, processando os líderes do Movimento. O que está sendo desafiado por estas ações radicais? Basicamente, os direitos de propriedade privada garantidos por lei e reforçados pelo discurso neoliberal. Tais ações também questionam os compromissos do governo com os ajustes estruturais impostos pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

A “reforma agrária de mercado” foi proposta pelo Banco, em 1995, como solução para países em desenvolvimento politicamente instáveis. Entretanto, a intensidade das ocupações de terra e a radicalização dos conflitos levaram

o Brasil a ser incluído no referido programa⁸. No ano de 1996, foi celebrado um acordo entre o Banco Mundial e o governo federal para iniciar, no Ceará, o projeto-piloto de “reforma agrária de mercado”. Além da administração estadual ser controlada pelo mesmo partido do presidente, uma outra razão para a escolha do Ceará parece ter sido o grande número de desapropriações de terras, resultado das ocupações e das práticas cooperativas coordenadas pelo MST (MARTINS, 1994). Este programa visa tornar a reforma agrária um negócio privado, estimulando o mercado fundiário como um ambiente adequado para trabalhadores sem-terra e proprietários rurais negociarem em condições de “igualdade”.

Apesar das tentativas do Banco Mundial e do governo brasileiro de privatizar a reforma agrária, da repressão policial, das campanhas difamatórias da mídia e dos esforços de cooptação, o MST mantém as mobilizações de massa ocupando propriedades improdutivas e prédios públicos. Segundo o Movimento, as ocupações de terra aumentaram de 119 em 1990 para 505 em 1999, totalizando 2.210 nesse período. Nos primeiros meses de 2000, 30.000 trabalhadores rurais ocuparam 250 latifúndios e prédios da Receita Federal em 21 cidades.⁹ Em setembro do mesmo ano, ocuparam as agências do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e a fazenda do então presidente Cardoso. Imediatamente, o Exército foi enviado para proteger a propriedade e o ex-ministro da reforma agrária declarou “guerra” ao MST, utilizando intensa propaganda e medidas limitando o crédito destinado aos assentamentos.

Ocupação e produção são parte integrante da estratégia do MST contra o neoliberalismo.

Vivendo e trabalhando coletivamente

O assentamento é concebido como uma unidade econômica e não apenas uma propriedade legal. De fato, a produção e o gerenciamento têm sido aspectos cruciais para implementar a proposta do MST: a cooperação agrícola. Segundo sua própria definição, a cooperação é “o caminho para unir ou somar esforços de

⁸ O documento *Reforma Agrária de Mercado*, discutido na Conferência para a Agricultura, do Banco Mundial, em 1995, afirma que “a falta de distribuição de terra gera uma situação política instável, com desemprego rural, desordens civis e violência armada em muitos países em desenvolvimento, incluindo o Brasil” e continua, “houve um interesse duradouro em promover a reforma agrária no nordeste brasileiro, com uma das piores distribuições de renda do mundo” (GOVERNO do CEARÁ, 1995).

⁹ Informe da Direção Nacional do MST. *As razões dos desacordos do governo com o MST*, outubro de 2000.

cada trabalhador individual para fazer coisas em comum, comprar máquinas e ferramentas, criar gado, compartilhar a terra" (MST, 1993). Para os assentados, planejar significa tomar decisões democráticas concernentes à produção, comercialização, moradia, educação, saúde, política, cultura, etc. Mas esta não é uma tarefa simples, especialmente se milhares de pessoas estão envolvidas.

A organização do assentamento pode variar de um sistema familiar para o coletivo, dependendo da experiência dos trabalhadores, da qualidade do solo, do tipo de colheita, da estrutura do mercado e de muitos outros fatores. Por exemplo, a propriedade pode ser individual, mas o trabalho e a produção coletivos; ou o trabalho e a produção podem ser individuais em parte da terra e coletivos em outra área; ou toda a propriedade pode ser coletiva mas as famílias produzirem em parte da terra para seu próprio uso.

Durante as freqüentes reuniões, os membros das famílias participam de várias maneiras: lançando propostas, fazendo perguntas, discutindo problemas, decidindo, cantando o hino do MST e canções populares sobre a luta pela terra, a aliança com o proletariado e a participação feminina. Normalmente, a pauta é conhecida previamente e algumas metodologias são adotadas para melhorar a participação. A maioria das mulheres e jovens expressam suas opiniões de maneira independente. Em alguns assentamentos, um membro casado só é aceito se ambos os cônjuges integrarem a organização. O processo de planejamento é influenciado por experiências anteriores das famílias, diferenças regionais e ambientais e acesso às condições materiais de produção como crédito, tecnologia e capacitação. Os resultados costumam ser bastante diversificados (MEDEIROS, 1994).

O balanço anual e a distribuição dos lucros – para reparo das máquinas, melhoramento do solo, alimentação do gado, computadores, habitações, salário dos professores, cuidados com as crianças, mobilização e assim por diante – têm que ser aprovados pela maioria dos associados presentes à assembleia geral. Um percentual crescente dos rendimentos monetários dos assentados é utilizado para manter os meios de produção existentes, para novos investimentos ou para assistência tecnológica, educacional ou de saúde às famílias. Esses diferentes tipos de fundos (ou reservas) evidenciam

um experimento de acumulação socializada de capital. A reforma agrária proposta pela classe trabalhadora tem o potencial para tornar-se um meio mais justo de distribuição da riqueza.

No Brasil, há duas organizações cooperativas. A Organização das Cooperativas do Brasil – OCB representa os proprietários rurais e está ligada à UDR e à Sociedade Rural Brasileira – SBR. A Confederação Nacional das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB foi criada, em 1994, por uma rede de cooperativas de reforma agrária vinculadas ao MST. A diferença entre este sistema e o da OCB é que a estrutura cooperativa do MST enfatiza as necessidades sociais e os resultados políticos tanto quanto o retorno econômico para os assentados.

Crédito, apoio à comercialização e assistência técnica são oferecidos pelas cooperativas para aumentar as atividades agrícolas, a rentabilidade e os padrões de vida dos assentados (MST, 1996 b). A CONCRAB tornou-se um instrumento de aproximação entre produtores e consumidores, demonstrando a relevância da reforma agrária para a população urbana e garantindo relativa autonomia financeira, ao menos comparada com outras organizações populares que não detêm o controle de sua própria produção.

A concepção de vida e trabalho coletivo constitui a essência da estratégia do MST para desenvolver ações sólidas de resistência nos assentamentos. Uma vez que a terra é ocupada, pode haver um período de desmobilização. Camponeses que lutaram por um lugar para viver e trabalhar, agora podem se deixar seduzir pelos supostos benefícios do mercado "livre". À medida que isto seja verdadeiro, o confronto ocorre também no campo subjetivo.

Criando um novo homem e uma nova mulher

A proposta do MST para mudar a sociedade brasileira inicia-se com a reforma agrária, mas abrange um conjunto de outras questões, tais como: educação, gênero, socialismo, dentre outras. O assentamento pode tornar-se um espaço onde diversas formas de relações democráticas são praticadas. Como disse Paulo Freire (1983, p. 58), "o assentamento, precisamente porque é uma unidade de produção (não há produção fora da relação homem-mundo, repetamos), deve ser também, todo ele, uma unidade pedagógica, na acepção ampla do termo".

A educação para eliminar o analfabetismo, a falta de formação política e de conhecimentos tecnológicos é uma prioridade do MST. Para enfrentar os desafios colocados por sua proposta de reforma agrária, o conceito de educação desdobrou-se muito além do sistema formal de ensino. As atividades educativas envolvem a escolha dos professores pelos próprios assentados, a elaboração participativa de regras para administrar as escolas, a alteração dos conteúdos e métodos do processo de aprendizagem da rede pública, a organização de brigadas para formação de militantes e a coordenação de cursos de treinamento gerencial e tecnológico. Os princípios pedagógicos básicos são: a relação prática-teoria-prática e a metodologia "estudo-e-trabalho", unificando as lições da luta e a formação teórica, o fazer intelectual e o manual (MST, 1996 a).

O curso do MST para técnicos de nível médio em cooperação agrícola foi reconhecido pelo Ministério da Educação. O Movimento ganhou o prêmio do UNICEF, em 1995, pela qualidade de seu programa educacional desenvolvido em 600 escolas primárias e 20 escolas de nível médio, totalizando 35.000 estudantes e 1.400 professores (MST, 1996 b). Tão urgente quanto democratizar o acesso à educação é qualificar os trabalhadores rurais mediante procedimentos metodológicos de massa em virtude do impressionante número de participantes do MST, quase 500.000. O Instituto de Capacitação Técnica e Pesquisa da Reforma Agrária - ITERRA articula seminários sobre agronegócios, laboratórios organizacionais para administração de recursos humanos e financeiros e cursos de longa duração, integrando formação e produção.

Embora o MST acredite que mudanças econômicas são fundamentais para transformar as relações de poder, parte de seus esforços visa a formação de "um novo homem e uma nova mulher para uma nova sociedade". O padrão cultural dominante nas relações de gênero constitui um problema concreto que os militantes do MST têm procurado resolver. Quando os sem-terra unem-se ao Movimento, alguns agem como revolucionários fora de casa e de modo conservador junto à família. A vida diária nos acampamentos e assentamentos pode ensiná-los a trabalhar juntos, observar suas atitudes individuais e modificar seu comportamento. Uma canção popular nas reuniões ensina que:

"Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer, participando sem medo de ser mulher...".

Mas o que é ser mulher? Apesar da existência de diferenças biológicas, a função da mulher na família, na produção e na sociedade resulta, geralmente, de um processo histórico de "domesticação". Esse papel cultural tem sido modificado, ao longo dos anos, mas menosprezando os interesses das mulheres. O desenvolvimento capitalista impôs novas tarefas à mulher, o tipo de trabalho, o modo como se comporta, o tamanho de sua família, o nível de educação e assim por diante.

As mulheres costumam estar na linha de frente durante as ocupações de terra. Aqueles que trabalham em cooperativas, recebem remuneração similar aos homens pela sua produção. As exigências junto às instituições governamentais por melhores hortas e outras estruturas comunitárias, tais como refeitórios comuns e creches, permitem que mães e mulheres jovens tornem-se parte ativa da força de trabalho. Esses exemplos de ações diretas são a base sobre a qual os militantes questionam a divisão sexual do trabalho.

Um seminário sobre gênero ocorreu, em 1997, na cidade de Curitiba, com a presença de assentadas de todo o país. Elas compartilharam experiências e planejaram atividades para aumentar sua militância social, política e econômica. Criaram um coletivo nacional e prepararam uma cartilha intitulada *Mulheres sem Terra*, cujo conteúdo inclui tópicos como reforma agrária, crédito, educação, cuidados de saúde, projeto popular e luta de classes. Em março de 2000, mais de 3.000 trabalhadoras rurais concentraram-se em Brasília (JORNAL SEM TERRA, 2000).

O MST desenvolveu estratégias que melhoraram o reconhecimento de gênero dentro do Movimento e no que se refere ao tratamento recebido das agências estatais. Mas alterações em termos de relações interpessoais são mais difíceis de conseguir. Alguns companheiros respeitam as mulheres na organização, na luta, nos partidos políticos, na produção, entretanto, não parecem pensar que são iguais dentro de casa. Na intimidade, o relacionamento ainda é, principalmente, baseado no modelo dominante de família patriarcal.

Pode-se imaginar as tensões nas famílias assentadas, especialmente entre casais ativistas. Nesse contexto, ainda é válido perguntar

como seriam os novos homens e as novas mulheres numa sociedade mais igualitária. O escritor argentino Jorge Luis Borges lembra em seu poema "Felicidade": "Bendito seja o amor em que não há possuidor nem possuído, mas ambos se rendem".

Construindo o projeto popular

Cientistas sociais tendem a concentrar-se particularmente nas ações dos movimentos populares. A despeito de sua importância, esta é uma perspectiva elitista do processo social; legítima o argumento autoritário de que as organizações de trabalhadores precisam ser dirigidas porque são incapazes de articular idéias e transformá-las em uma visão coerente para mudar a sociedade. Ação e concepção são igualmente significativas ao examinar os esforços do MST para construir um projeto alternativo para o Brasil.

A concepção de Projeto Popular, como um planejamento democrático e participativo, vem das práticas do dia-a-dia nas ocupações de terra e assentamentos, assim como do estudo de experiências históricas de outros povos nas escolas e nas brigadas. A contribuição de assessores do MST – professores, políticos, técnicos, estudantes, padres, etc. – é organizada em uma rede composta por vários grupos que se encontram regularmente para elaborar as sugestões vindas da base e a ela retornando.

Para confrontar o neoliberalismo com suas próprias armas, a estratégia adotada tem sido realizar uma consulta popular, estimulando a população a participar da formulação de políticas econômicas, sociais e culturais para todos os brasileiros. Para induzir um debate mais amplo, o MST liderou uma grande marcha para "promover a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática com justiça social, distribuição de renda e solidariedade" e denunciar que o governo de Fernando Henrique está "transferindo a riqueza do povo, através de privatização, para os poderosos" (MST, 1998). De 3 de agosto a 7 setembro de 1998, dia da Independência do Brasil, quase 6.000 trabalhadores, organizados em mais de 80 "colunas", marcharam pelo país, discutindo em centenas de pequenas e grandes cidades pro-

blemas como terra, emprego, habitação, educação, saúde, alimentação, etc¹⁰. O processo de resistência tem origem nos anos oitenta. No Primeiro Congresso Nacional de Trabalhadores Sem-Terra, em 1985, foi decidido que luta e mobilização eram as únicas maneiras de pressionar o presidente Sarney a implementar o Plano de Reforma Agrária. O slogan era "Ocupação é a Solução". O Segundo Congresso, em 1990, durante a administração de Collor de Mello, enfrentou uma realidade diferente com reformas neoliberais sendo adotadas em toda América Latina. Para o MST sobreviver nacionalmente e superar o isolamento imposto pelas instituições do Estado precisava de maior expressão econômica e política. Delegações de 20 Estados aprovaram a proposta "Ocupar, resistir e produzir". Incluir a produção foi extremamente relevante para invalidar a estratégia do governo baseada em destruir economicamente os assentamentos rurais e tratar os sem-terra como "invasores" (FOLHA DE SÃO PAULO, 1997). Após a eleição de Fernando Henrique Cardoso, o Terceiro Congresso dos Trabalhadores Sem-Terra, em 1995, discutiu como negociar com o novo presidente. Desta vez, o foco foi "Reforma Agrária: uma Luta de Todos". O slogan refletia as experiências das cooperativas, as ocupações de terra próximas às cidades e a influência da cultura urbana sobre os assentados. A proposta concretizou a aliança popular e uma nova agenda política, incluindo as necessidades e os interesses da maioria.

O governo tentou impor condições ao MST. A principal delas era que a negociação só começaria quando não houvessem mais terras "invadidas" (O GLOBO, 1997). Ciente de que esta atitude do Estado estava direcionada para enfraquecer sua capacidade de negociar, a resposta do Movimento veio rápida: aumentar e diversificar as mobilizações de massa. A grande "Marcha contra o Neoliberalismo", como ficou conhecida, foi efetiva em articular as exigências dos setores trabalhistas e da população mais pobre por reforma agrária, emprego e justiça. Em março de 1997, grupos de trabalhadores sem terra partiram de diferentes pontos do país e se concentraram em algumas cidades, a exemplo de Governador Valadares, São Pedro

¹⁰ A Marcha era divulgada diariamente na página do MST na internet. www.mst.com.br

e Rondonópolis. Ao longo de dois meses, percorreram cerca de 250 municípios e chegaram a Brasília, com o apoio dos partidos políticos, da Imprensa e da Igreja (VEJA, 1997). Os manifestantes apresentaram publicamente um conjunto de propostas que constituiu o esboço do Projeto Popular, que pretendia ser uma alternativa às políticas ditadas pelo capitalismo internacional e implementadas pelo governo brasileiro (página do MST na Internet intitulada "Continuamos a marcha contra o neoliberalismo").

Durante o Quarto Congresso, em 2000, as palavras de ordem aprovadas para os próximos cinco anos foram "Reforma Agrária: por um Brasil sem Latifúndio" que denunciam a crescente concentração de terra. Para enfrentar este antigo problema, foi proposta uma emenda constitucional para limitar o tamanho das propriedades rurais, assinada e enviada ao Congresso Nacional. Apesar das evidências contrárias, a propaganda oficial apresenta o presidente Fernando Henrique como empreendendo a maior reforma agrária da história do Brasil.¹¹

Várias medidas têm sido usadas para intimidar o MST: massacres como os de Corumbiara, Rondônia, em agosto de 1995, e de Eldorado dos Carajás, Pará, em abril de 1996, alterações no aparato legal; processos judiciais; acusações públicas de serem plantadores de maconha e outras mais. Inicialmente, o governo tentou ignorar o Movimento, valendo-se da dualidade "moderno" versus "tradicional". Sendo a "modernidade" um dos mitos legitimadores do discurso neoliberal, a política do Estado foi descrita como "moderna", enquanto o MST representaria o passado "arcaico". As inúmeras tentativas de cooptação e isolamento, punição e negociação foram igualmente ineficazes graças às mobilizações de massa. O governo também tentou dividir os líderes do MST explorando suas divergências internas na mídia. As cooperativas agrárias foram acusadas de corrupção, por causa da suposta utilização de crédito produtivo para financiar ocupações, e ativistas presos pela Polícia Federal que invocou a Lei de Segurança Nacional, de uso freqüente durante a Ditadura Militar, para transformar militantes de movimentos sociais em prisioneiros políti-

cos. Tal comportamento ensejou uma série de manifestações de parlamentares, intelectuais, artistas e jornalistas em apoio ao MST (JORNAL SEM TERRA, 2000).

Enquanto isto, os Sem-Terra têm desenvolvido ações nas cidades. Eles apóiam políticas urbanas progressistas, ajudam a organizar ocupações de moradias, fazem doações de alimentos e de sangue, realizam limpeza de ruas. Além disso, vêm conseguindo pequenos aumentos de produção em seus assentamentos, comparado à agricultura individual, e, em certos casos, até melhoram a estrutura produtiva de suas cooperativas.

O crescimento do número de ocupações, a denúncia de que os dados da reforma agrária oficial são falsos e a elaboração de um projeto nacional alternativo têm sido pontos importantes do programa do MST. Embora o Projeto Popular trate de uma variedade de problemas, como desemprego, educação, moradia, alimentação e saúde, a reforma agrária permanece como uma questão essencial. Na prática política do MST, tem se constituído em um elemento-chave para unificar os trabalhadores brasileiros – urbanos e rurais, manuais e intelectuais – na sua luta por uma sociedade melhor.

Segundo um dos líderes do MST, a questão agrária depende da adoção de um novo projeto de desenvolvimento para o país (O GLOBO, 1997). Parece que sua proposta de reforma agrária para todos só pode ser implementada em um outro modelo, diferente do capitalismo. Este debate tem sérias implicações, e seria de se esperar a radicalização das estratégias de ocupação da terra e produção coletiva. O desafio imediato é, ao mesmo tempo, mostrar ao povo brasileiro que seus problemas do dia-a-dia são uma consequência de políticas neoliberais.

Em setembro de 2000, mais de 6 milhões de pessoas votaram, a maioria contra o pagamento da dívida externa brasileira, em um plebiscito organizado pelo MST, partidos políticos e entidades como a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, a Central dos Movimentos Populares e a União Nacional dos Estudantes – UNE.

¹¹ Em janeiro de 2001, o presidente divulgou um balanço da reforma agrária em seu governo, chegando a afirmar que era a "maior do mundo". De acordo com dados do Incra, entre 1995 e 2000, teriam sido desapropriados 18 milhões de ha e assentadas 482 mil famílias (TEIXEIRA, 2001, p. 17 e 18).

O embrião de uma nova sociedade

Uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública – IBOPE, realizada entre os dias 9 e 10 de março de 1996, revelou que 94% da população era favorável à luta do MST pela reforma agrária, 88% concordava que a desapropriação de terras era responsabilidade do governo e 77% considerava as ocupações um importante instrumento de luta. O segredo da crescente credibilidade do MST entre o povo brasileiro parece residir na simplicidade de sua conduta, na sua estrutura de ação coletiva, no apoio declarado de organizações importantes como as instituições religiosas e a Anistia Internacional e na cooperação de intelectuais e artistas.¹² Alguns dizem que a força do MST vem da militância aliada a seus símbolos: a bandeira vermelha, o hino e a figura emblemática de Che Guevara. Outros argumentam que isto se deve às brigadas, inspiradas nos exércitos populares revolucionários, com regras disciplinares e grupos de reflexão teórica.

Na tentativa de entender o Movimento, os economistas enfatizam os aspectos da produção; os cientistas políticos, as relações de poder; os geógrafos, a territorialidade; os antropólogos, a herança cultural; os historiadores, as raízes do Movimento; os pedagogos, o processo de aprendizagem; os sociólogos, as características organizacionais... Obviamente uma abordagem multidisciplinar combinada à participação e à militância contribuiriam tanto para a reflexão acadêmica, quanto para a atuação política.

A meu juízo, quatro conceitos desafiadores surgem da prática do MST: o modo de vida coletivo, que se estende da produção à criação artística; a originalidade do seu sistema educacional marcado pelo método estudo-e-trabalho; a unidade de perspectivas aliada ao respeito pela diversidade de experiências; o insistente confronto com o projeto neoliberal. Esta prática tem sido observada de perto pelos próprios sem-terra e pelos brasileiros, em geral como exemplo de resistência e como uma opção às políticas de “livre” mercado. Na concepção das forças que defendem um Projeto Popular para

o Brasil, além de ações diretas, radicais e contínuas, sua construção requer um processo de base que considere as alternativas para a maioria, apresente idéias de modo simples e convincente, faça que as pessoas entendam e lutem por elas (BENJAMIN, 1998).

Um importante componente deste projeto nacional é a reforma agrária, mas com um caráter muito diferente do modelo capitalista. Ao invés de lotes individuais, os próprios trabalhadores, que lutaram e conquistaram o acesso à terra, capital e conhecimento, buscam uma nova organização do processo produtivo. Ocupação em massa e trabalho coletivo estão desafiando os direitos de propriedade privada e legitimando um outro tipo de apropriação e distribuição da riqueza. Em alguns assentamentos, há esforços no sentido da acumulação socializada de capital. Este setor emergente de reforma agrária desempenha um papel central na mudança econômica, social, política e cultural do modelo de desenvolvimento brasileiro. O MST parece ter a capacidade de transformar em ações o sonho coletivo de milhões de brasileiros que querem uma vida melhor. Resta saber se conseguirá.

Referências Bibliográficas

- BENJAMIN, César. *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
- BRUNO, Regina. *UDR: para além da violência*. Tempo e Presença/CEDI, nº 221, junho, 1987.
- CAMPANHA NACIONAL da REFORMA AGRÁRIA. *Reforma Agrária na Constituinte: Proposta*. (mimeo). Brasília, 1987.
- CARVALHO, Abdias Vilar e D'INCAO, Maria da Conceição (ed.) *Reforma Agrária: significado e viabilidade*. Petrópolis: Vozes/CEDEC, 1982.
- CHONCHOL, Jacques. *O desenvolvimento rural e a reforma agrária na América Latina*. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*. Ano 19, nº 3, dezembro/1989 a março/1990. Campinas, 1990.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL dos TRABALHADORES na AGRICULTURA. *Posição da CONTAG sobre o Programa Nacional de Política Fundiária* (mimeo). Brasília, setembro, 1982.

¹² Em maio de 1997, o escritor português, José Saramago, os cantores brasileiros Milton Nascimento e Francisco Buarque de Holanda e o fotógrafo Sebastião Salgado, cederam seus direitos autorais ao MST, e os produtos em questão (livros, posters e CDs) foram vendidos em eventos culturais simultaneamente em muitos países.

- FIGUEREDO, Vilma (ed.). *A questão da reforma agrária nos anos oitenta*. nº 77 abril/junho. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Governo muda a lei e quer dar "um basta" a invasões. 13/jun/1997.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GOVERNO do ESTADO do CEARÁ. A reforma agrária assistida pelo mercado. 26 de setembro, 1995.
- MARTINS, Mônica Dias. *Os desafios da cooperação nos assentamentos da reforma agrária*. São Paulo: Peres, 1994.
- _____. A radicalidade da reforma agrária. Cadernos do CEAS. nº 171, setembro/outubro: 57-71. Salvador, 1997.
- MEDEIROS, Leonilde. *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: UNESP, 1994.
- MOVIMENTOS dos TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. A cooperação agrícola nos assentamentos. Caderno de Formação nº 20. São Paulo, 1993.
- _____. Princípios da educação no MST. São Paulo, 1996 a.
- _____. CONCRAB: quatro anos organizando a cooperação. São Paulo, 1996 b.
- O GLOBO. Governo se arma para lutar com MST. 26/dez/1997.
- SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA. *A rural*. Ano LXV, nº 594, dezembro: 7-12, 1985.
- SILVA, José Gomes. *A reforma agrária no Brasil: frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- TEIXEIRA, Gerson. A problemática agrária no Brasil contemporâneo. (mimeo). Brasília, janeiro, 2001.
- REVISTA VEJA. A marcha dos radicais. nº 1491, 16/abril/1997.
- _____. Eles chegaram lá, o que fazer agora? nº 1492, 23/abril/1997.